

## **O PLANO CRUZADO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA NOVA REPÚBLICA**

**Angélica Pollyana Queiroz de Medeiros**

Graduanda em Tecnologia em Comércio Exterior – CEFET-RN  
Av. Miguel Castro, 1275, Apt. 101 Lagoa Nova CEP 59075740 Natal-Rn  
e-mail: ange-louy@uol.com.br

**Natália Maria Freitas de Assis**

Graduanda em Tecnologia em Comércio Exterior – CEFET-RN  
Rua Alpinópolis, 95 Pitimbu CEP 59069210 Natal-RN  
e-mail: naninhahzs@yahoo.com.br

**Elisângela Cabral de Meireles**

Professora do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – CEFET-RN  
Orientadora e pesquisadora da Base de Pesquisa em Análise de Mercado Exportador do RN  
e-mail: elisangela@cefetrn.br

### **RESUMO**

Em tempos de redemocratização, após a Ditadura Militar, José Sarney assumiu a presidência do Brasil em meio a muita desconfiança. Sua imagem e capacidade eram constantemente comparadas as de Tancredo Neves, além de haver temores quanto ao processo de redemocratização, já que Sarney, havia pouco tempo, tinha apoiado o regime militar. Embora esses temores, seu governo acabou garantindo um clima de liberdades democráticas. Problemas que já existiam antes – descontrole financeiro, inflação enorme, déficit público – custaram ao governo uma grande queda de popularidade. Foi instituído então o Plano Cruzado, com uma nova moeda, como tentativa de reequilibrar a economia e, ao mesmo tempo, restaurar o prestígio de Sarney. Mas as medidas tomadas – aumento de salários e congelamento de preços – se revelaram equivocadas. Ocorreu um transitório momento de euforia, com uma corrida aos bens de consumo, mas a forte demanda abalou o congelamento – a inflação retornaria, com o fracasso do Plano Cruzado.

**Palavras-chave:** Redemocratização, Descontrole financeiro, Plano Cruzado

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho visa contribuir para o arquivo de pesquisas da Instituição Cefet-RN (Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte). Além disso, procura contribuir para o conhecimento acadêmico e dos prováveis leitores desse artigo.

O assunto abordado será o Plano Cruzado, seus antecedentes, suas principais medidas e principais consequências.

### 1.1 Contexto e Antecedentes do Plano Cruzado

Segundo Brum (2002), o Programa de Estabilização da Economia Brasileira, o chamado Plano Cruzado - lançado em 28 de fevereiro de 1986 -, nasceu num cenário de tentativa de lançamento de novas bases econômicas no intuito de desenvolver a economia e corrigir alguns desequilíbrios sociais.

O Brasil vinha de um período de mais de 20 (vinte) anos de ditadura militar e, embora tivesse herdado algumas heranças positivas desse período (boa condição do balanço de pagamentos, um volume adequado de reservas cambiais etc.), o país, que encontrava-se num período de redemocratização, a Nova República, ainda enfrentava os graves problemas advindos, principalmente da inflação constante.

De acordo com Marcello Averbug (2005), economista do BNDES, “os primeiros dez meses de governo [Sarney] foram marcados por contraditório cenário econômico e político, no qual o entusiasmo com a redemocratização, as razoáveis taxas de crescimento e os apreciáveis saldos na balança comercial não bastaram para tranquilizar a sociedade ante os estragos decorrentes do processo inflacionário. E a explicação repousa no fato de haver consciência quanto à falta de diretrizes que balizassem a trajetória do país”.

Uma situação cada vez mais crítica se formava e, ao início de 1986, vários fatores contribuíram para a configuração de um ambiente nacional tenso, entre os quais destacam-se:

- a) a partir de novembro de 1985, a inflação alcançou índices alarmantes, atingindo 17,8% em janeiro e 22,4% em fevereiro (Tabela I);

**Tabela I: Inflação no Brasil**

ÍNDICE GERAL DE PREÇOS (IGP)

Período	Variação (%)	Período	Variação (%)
1986		1987	
Jan.	17,8	Jan.	12,0
Fev.	22,4	Fev.	14,1
Mar.	5,5	Mar.	15,0
Abr.	-0,6	Abr.	20,1
Mai	0,3	Mai	27,6
Jun.	0,5	Jun.	25,9
Jul.	0,6	Jul.	9,3
Ago.	1,3	Ago.	4,5
Set.	1,1	Set.	8,0
Out.	1,4	Out.	11,2
Nov.	2,5	Nov.	15,5
Dez.	7,6	Dez.	15,9

Fonte: *Ipea*, 1987.

- b) além de não apresentar proposta política econômica de médio e longo prazo, o governo tampouco indicava possuir resposta imediata ao recrudescimento inflacionário; e
- c) sucessivas greves vinham eclodindo, em uma frequência à qual a população não estava acostumada.

## 2. MEDIDAS ADOTADAS PELO PLANO CRUZADO

Segundo Rezende (2002), o programa de estabilização de 28 de fevereiro de 1986 estabeleceu o cruzado como novo padrão monetário nacional. A taxa de conversão foi fixada em mil cruzeiros (Cr\$) por cruzado (Cz\$). Os salários foram convertidos em cruzados tomando como base o poder de compra médio dos últimos seis meses. Além dos reajustes anuais, os salários seriam automaticamente corrigidos de acordo com uma escala móvel, sempre que a taxa de inflação acumulasse o "gatilho" de 20%. Com exceção das tarifas industriais de energia elétrica, que obtiveram aumento prévio de 20%, os preços foram congelados por tempo indeterminado nos níveis em que se encontravam em 27 de fevereiro. Foram estabelecidas, ainda, formas de reajuste para os aluguéis, definiu-se que os contratos em geral não poderiam ter indexações inferiores a um ano e a caderneta de poupança passou a ter reajuste trimestral.

De acordo com Brum (2002), além dessas medidas, outras foram tomadas, tais como:

- a) extinção da indexação, pela eliminação da correção monetária – tida como grande causadora da inflação inercial. O fator inercial provinha da correção monetária aplicada às transações financeiras e comerciais, funcionando assim como piso mínimo da taxa do mês seguinte. Com o fim da indexação, esperava-se romper a rigidez à retração inflacionária;
- b) a ORTN (Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional), título que variava mensalmente servindo de indexador, passou a denominar-se OTN (Obrigações do Tesouro Nacional), e sofreu elevação em 3 de março; seu valor permaneceria inalterado até março de 1987, quando seria reajustado conforme os indicadores de comportamento de preços;
- c) as obrigações expressas em cruzeiros, anteriores a 28 de fevereiro, passaram a ser convertidas em cruzados na data de seus vencimentos, dividindo-se o montante em cruzeiros por um fator de conversão;
- d) instituiu-se o seguro-desemprego, destinado a prestar assistência financeira, pelo período máximo de quatro meses, ao trabalhador desempregado, de acordo com certas condições, entre as quais a de ter recebido salários nos últimos seis meses; e
- e) a taxa de câmbio oficial por moeda estrangeira foi congelada.

### **3 O FRACASSO DO PLANO CRUZADO E DOS PLANOS POSTERIORES A ELE**

De fato, nos primeiros seis meses do programa, houve uma queda no índice médio dos preços de alimentos, aumento salarial, estagnação da inflação, entre outros aspectos positivos. Contudo, para Brum (2002, p. 406), “o Plano Cruzado, em si, era apenas um plano emergencial [...]. Portanto, com objetivos limitados e prazo curto de duração – entre três a seis meses. Um começo um ponto de partida, não de chegada. Nos meses de sua vigência, o governo teria uma folga para atacar os problemas estruturais históricos do país (dívida externa, déficit público, dívida interna, inflação estrutural, concentração de renda etc.), definindo um plano econômico de médio e longo prazos, com avanços sociais e mudanças na estrutura do poder”.

Assim, o Plano teve um sucesso efêmero. Ele comportou uma distorção básica, que se acelerou durante o segundo semestre do ano. A ação combinada do aumento do poder de compra dos salários, da despoupança que se seguiu ao fim dos ganhos irreais via correção monetária, do decréscimo do imposto de renda das pessoas físicas, da redução das taxas de juros nominais, do consumo reprimido durante os anos recessivos e do congelamento de certos preços em níveis defasados a seus custos de produção, provocou uma explosão de consumo.

Brum (2002) afirma que, diante desse contexto, os depósitos em caderneta de poupança sofreram uma redução da ordem de 40%, desviados para o consumo, privando o governo dos recursos a juros baixos destinados a financiar a dívida pública interna e a manter projetos como o do Sistema Financeiro de Habitação. Assim, se viu obrigado a ampliar a base monetária, remonetizando a economia em um ritmo muito acelerado, dando-lhe uma alta liquidez.

E como não houve um cuidado prévio, por parte do governo, em reajustar os preços de determinados produtos, como por exemplo o leite, a carne, remédios, automóveis, aço, combustíveis e até as tarifas postais e telefônicas, esses setores passaram a operar com prejuízo. A consequência, como diz Rezende (2002, p. 175), “foi o agravamento do déficit público e a redução da capacidade de investimentos das empresas estatais, sinalizando um futuro colapso da infra-estrutura brasileira”.

De tudo isso resultaram a generalização da escassez de vários produtos no mercado varejista e pressões inflacionárias que se transformaram na prática da cobrança do ágio.

Quanto ao déficit público, o governo não conseguiu controlá-lo como esperava. O aumento da receita, devido tanto às mudanças na política fiscal quanto ao crescimento da economia, não foi suficiente para equilibrar as contas públicas.

De acordo com Rezende (2002, p. 175), “o déficit público sinalizava atingir 2,5% do PIB ao ano de 1986, contra os 0,5% estimados. O superaquecimento da economia foi brutal: as vendas cresceram 22,8% no primeiro semestre; a produção de bens de consumo duráveis teve um crescimento de 33,2%; a taxa de desemprego caiu de 4,4% para 3,8% em junho; e os salários acusavam um ganho real de 12% desde fevereiro do mesmo ano”.

Novas medidas foram tomadas ao final de julho e visavam, de um lado, desaquecer a demanda, reduzindo o consumo e déficit público e, de outro lado, estabelecer um programa de poupança para garantir o crescimento da economia nos próximos quatro anos. A essas medidas deu-se o nome de “Cruzadinho”, que basicamente criava novos impostos compulsórios através de um Plano de Metas. Contudo, teve pouco resultado na contenção do consumo. Foi feito então um ajuste no Plano conhecido como Plano Cruzado II.

O Plano Cruzado II liberou os preços dos produtos e serviços, determinou reajuste dos aluguéis, dos impostos das bebidas e cigarros e também alterou o cálculo da inflação, que passaria a ter como base de cálculo os gastos com famílias com renda de até cinco salários mínimos. Contudo, o Plano Cruzado II foi outro desastre, a inflação disparou e as exportações caíram, enquanto que as importações aumentavam, esgotando as reservas cambiais. Os problemas na balança de pagamentos cresceram demasiadamente. Sem perspectiva de recuperação e querendo estancar a perda de reservas cambiais, o governo decretou moratória junto aos bancos privados internacionais, em fevereiro de 1987. Rezende (2002, p. 177) analisa a questão: “se o objetivo último foi negociar melhores condições na amortização da dívida externa, a moratória revelou-se inócua: somente em janeiro de 1988, mediante o pagamento de um bilhão de dólares referente a juros vencidos, o Brasil pôde voltar ao mercado financeiro internacional. E mesmo assim, os títulos da dívida pública externa brasileira (os *exit-bonds*) foram negociados com um deságio médio de 30% sobre seu valor nominal durante todo o ano 1989, enquanto os novos créditos necessários, via desembolsos acertados com o Banco Mundial, foram postergados até meados de 1990”.

Em julho de 1987, é decretado o Plano Bresser, nome do novo Ministro da Fazenda, cujo objetivo era conter a inflação, que já passava de 20% ao mês. Novamente o Plano não dá certo e muda-se o Ministro, entrando Máílson Nóbrega. Em 1988, a inflação atinge os 100% ao ano, e, em janeiro de 1989, o governo lança mão de outro plano econômico, o Plano Verão, que estabelece como padrão monetário o Cruzado Novo. Como é de se esperar, também vem ao fracasso.

#### 4 CONCLUSÃO

O governo Sarney iniciou-se em um contexto histórico de crise política, social e econômica, decorrente dos governos anteriores, principalmente do período que compreendeu o regime militar. Implementou um plano econômico que, a priori, obteve bons resultados na contenção dessa crise, mas configurou-se num fracasso. Como resultado disso, o presidente fica desprestigiado até o final do seu mandato. Brum (2002, p. 417) comenta: “Com o melancólico governo Sarney encerrou-se, também melancolicamente, a antes esperançosa Nova República. Os avanços políticos, como a construção de instituições democráticas, não foram acompanhados por êxitos nos planos econômico e social. O controle da inflação, a retomada do crescimento econômico, o equacionamento das dívidas externa e interna, a redistribuição de renda e o enfrentamento de outros problemas não só não avançaram como a situação deles se deteriorou sensivelmente. A crise brasileira era mais profunda do que se pensava”.

#### 5. REFERÊNCIAS

AVERBUG, Marcello. **Plano Cruzado: Crônica de uma Experiência**. Revista do BNDES. Rio de Janeiro. V.12, N. 24. Dez 2005. Disponível em: < [www.bndes.gov.br/conhecimento/revista/rev2408.pdf](http://www.bndes.gov.br/conhecimento/revista/rev2408.pdf) > Acesso em 14 ago. 2006.

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. São Paulo: Vozes, 2002.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. **Economia Brasileira Contemporânea**. 2 ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2002.

### **ABSTRACT**

In a redemocratization time, after the Military Govern, José Sarney assumed the brazilian presidency between several doubts. His image and capacity was constantly compared with Tanacredo Neves', besides, there are temor, since Sarney, short time ago, had supportet the Military Govern. Trought the fears, Sarney's government garanteed the democtaical liberty. Poblems provinients from Military govern – financial discontrol, huge inflation, public déficit – caused to the government a big popularity fall. Was institucted then the Cruzado Plan, with new current money, as attempt of rebalance the economy and, at same time, restore Sarney's prestigy. But the measures taken – salary rise and price freeze – revealed themselves equivocated. Occured a transitory euforical moment, with a massive search of consumption goods, but this massive search prejudicted the freeze – the inflation will return, with Cruzado Plan's failure.

**Keywords:** Redemocratizacion, Financial descontrol, Cruzado Plan.